SOCIEDADES DE CRISE

Gustavo Gindre Monteiro Soares

Universidade Gama Filho

Resumo: A premissa básica é a de que vivemos uma crise civilizatória, de esgotamento de um padrão de racionalidade construído há 25 séculos, que tem no polinômio "capitalismo-tecnociência-industrialismo-democracia representativa" o seu ápice.

Este texto procura entender o papel da produção e transmissão de conhecimento nestas sociedades de crise: o papel das comunicações. Mas, compreendendo a comunicação de uma forma mais ampla do que a dos meios.

Para isso, explora quatro conceitos (sociedades de controle, economia-virtual, tautismo e capital-informação), procurando articula-los entre si.

Palavras-chave: comunicação - capitalismo – crise

O presente trabalho é parte adaptada de um livro, ainda inédito, chamado "Comunicação nas Sociedades de Crise". Que, por sua vez, é parte de um projeto maior: o de entender as sociedades do início do século XXI e seu comportamento de crise endêmica, a partir de um referencial crítico, mas não-marxista.

A premissa básica é a de que vivemos uma crise civilizatória, de esgotamento de um padrão de racionalidade construído há 25 séculos, que tem no polinômio "capitalismo-tecnociência-industrialismo-democracia representativa" o seu ápice.

No momento, minhas pesquisas me direcionam para à compreender o papel que a tecnociência desempenha nesta crise e para isso me sirvo da idéia de "redes sóciotécnicas", desenvolvida por Bruno Latour.

No entanto, este texto nos fala do momento imediatamente anterior de minha indagação: o de tentar entender o papel da produção e transmissão de conhecimento nas sociedades de crise: o papel das comunicações[i]. Mas, compreendendo a comunicação de uma forma mais ampla do que a dos meios.

A partir de agora, não é mais a posse dos meios de produção e a capacidade de extrair mais-valia de trabalho simples que definem a centralidade das relações de poder no interior da sociedade capitalista. Podemos afirmar que o exercício do poder nas sociedades de crise se articula em torno dos "instrumentos sociais de produção e transmissão de informações", tomados como expressão "real" da virtualidade informacional e como "artefatos tecnopolíticos". São estes instrumentos que permitirão à comunicação tornar-se, mais do que um processo material (ainda que não se possa negar seu caráter infra-estrutural), a superestrutura[ii] das sociedades de crise.

O caminho desenvolvido deverá me levar, assim espero, à refletir sobre a forma de superar as sociedades de crise, indicando um caminho que terá que ser, obrigatoriamente, o de uma nova instalação civilizatória: o caminho de uma nova política.

----------X----------

A fim de pensarmos um marco para as transformações que agora vamos analisar, partamos do ano de 1989 (escolha mais ou menos arbitrária, como a de qualquer outro marco). Podemos tomar o momento em que rui o "socialismo real" como o do fim da modernidade. É ali que o capitalismo parece cumprir seus objetivos finais (e não os meramente conjunturais[iii]), dispensando a "necessidade" de outros modelos de incorporação de partes da humanidade ao contexto moderno (como o "socialismo real", por exemplo). A partir de agora, o capitalismo pós-produtivo será capaz de levar integralmente a cabo sua tarefa. E até mesmo as contradições endógenas à modernidade (o socialismo) parecem desvanecer.

Já não estamos mais na ante-sala do esgotamento do paradigma ocidental (como parece ter sido a modernidade). Ele se exauriu: está completo[iv]. Ao mesmo tempo, não parece indicar sua própria superação, ao contrário do que teria ocorrido durante toda a história do ocidente. Doravante, parecemos condenados a viver no interior mesmo da crise final do paradigma ocidental. O capitalismo pós-produtivo é tautológico, fechado em si mesmo, fazendo da crise sua própria endemia.

O único caminho vislumbrável de sua superação é o limite físico deste planeta. Limite dos insumos não renováveis e mesmo dos renováveis. Limite da produção de miséria e dos miseráveis. Além da transposição destes limites, apenas o caos nos esperaria.

Pretendo debater as características típicas desta fase de auto-completude do paradigma ocidental a partir de algumas "idéias-força".

1 - Sociedade de controle

Em um pequeno texto publicado ao final de seu livro "Conversações"[iv], Deleuze nos presenteia com a idéia das “sociedades de controle”.

Deleuze não nega a vitalidade da idéia das "sociedades disciplinares" criada por Foucault para explicar a sociedade moderna. Nesta, seriam produzidos uma série de saberes, exercidos por e em determinadas instituições (escola, presídio, manicômio, fábrica), e que implicam em novos poderes na sociedade.

Tradicionalmente, quando pensamos na idéia do poder, o fazemos pela via das proibições e das repressões. Ao revés, a obra de Foucault esteve interessada no aspecto "positivo" desta história: "ora, meu problema sempre esteve do lado de um outro polo: a verdade (...) Não quero fazer a sociologia histórica de uma proibição, mas a história política de uma produção de verdade"[vi].

Para a prática "positiva" do poder (entendido como o exercício não-personalizável no interior de uma rede de relações: correlações de força que possuem uma eficácia produtiva) a sociedade moderna lança mão do artifício das disciplinas:

> "De uma maneira global, pode-se dizer que as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. É verdade que não há nisso nada de excepcional, nem mesmo de característico: a todo sistema de poder se coloca o mesmo problema. Mas, o próprio das disciplinas é que elas tentam definir, em relação às multiplicidades, uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela baixa despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, a pequena resistência que suscita); fazer com que os efeitos deste poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso nem lacuna; ligar, enfim, este crescimento "econômico" do poder e a produção dos aparelhos no interior dos quais ele se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma, fazem crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema."[vii]

Sua finalidade:

> "A disciplina ajuda a fazer funcionarem as relações de poder, da maneira mais discreta e mais econômica possível, através de poderes anônimos, exercidos pelos

> regimentos, pela vigilância hierárquica, pelo registro contínuo, pelo exame e pela classificação. Seu principal objetivo é assegurar a regulação do corpo social inteiro. Seu projeto é criar uma sociedade sadia, propondo a produção de um novo tipo de indivíduo e de população (normal) necessários à existência e manutenção da sociedade capitalista."[viii]

Porém, como Foucault mesmo alerta, sua genealogia do disciplinamento começa naquilo que ele denomina de época clássica: os séculos XVII e XVIII. Pragmaticamente, Foucault não se ocupava em estudar estas mesmas formações antes da modernidade[ix], uma vez que seu objetivo era político.

O que Deleuze parece fazer é assumir a mesma preocupação pragmática de Foucault para poder ir além das disciplinas. Ou seja, já não é mais delas que tratamos. Ao menos do ponto-de-vista hegemônico. Pois, ainda que encontremos o registro das disciplinas habitando as "sociedades de crise", o novo eixo dinâmico destas vai se deslocando, de maneira acelerada, das "disciplinas" para o "controle".

As sociedades disciplinares modernas estruturavam sua força em torno de instituições e sua crise é, por isso mesmo, a crise destas diversas instâncias. Desde os anos 60 ouvimos a sociedade civil bradar pelo fim da opressão d(n)estas instituições e percebemos a crise da família, do hospital, da escola e da fábrica, por exemplo. Por outro lado, as sociedades de controle implicam no surgimento de novas formas de exercício do poder e de produção da exclusão social.

O exercício do poder nas sociedades disciplinares se fazia através do confinamento. Era, portanto, uma estrutura em moldes, de onde sempre se saía de um para, imediatamente, entrar em outro (da família para a escola, desta para a fábrica, assim sucessivamente, em registros disciplinares distintos). Nas sociedades de controle vivemos no interior de "controlatos", que seriam mais parecidos com constantes processos nunca encerrados e simultâneos entre si.

Por exemplo, no lugar da fábrica vemos se instaurar a empresa. Esta última passagem tem grandes implicações para o objetivo do nosso trabalho. Em primeiro lugar, a empresa fraciona e indistingue a “antiga” divisão de classes. Desde os anos 70, portanto, surgiram diversas pesquisas mostrando o rompimento interno dos conceitos de burguesia e proletariado.[x]

A empresa fornece, também, o ambiente perfeito para o exercício do controle através da competição. Ao contrário dos antigos sistemas de exame (onde a aprovação garantia a imediata passagem a um novo molde), a empresa estabelece um ambiente meta-estável (e tenso) de permanente julgamento (por prêmios, salários e cargos) e constante mobilidade (ascenso e descenso).[xi]

O sujeito é "revalorizado" neste ambiente, em relação ao cenário de "produção pela massa" das sociedades disciplinares, onde a aferição era realizada no coletivo[xii]. Ao mesmo tempo, esta "revalorização" insta o sujeito a ter de demonstrar seu valor produtivo permanentemente, sob pena de ser sumariamente substituído.

A empresa não é o locus de transformação da matéria em mercadoria. Por isto, este capitalismo é pós-produtivo, pois sua ênfase está mais no consumo do que na produção, mais em serviços do que em mercadorias.

Ivan da Costa Marques[xiii] analisa a forma como o produto possui, cada vez mais, uma maior quantidade de informação, em detrimento do trabalho simples. E isso tanto do ponto-de-vista absoluto quanto do relativo.[xiv]

Nas sociedades de controle o marketing cumpre a função de organizar o poder e manter o equilíbrio, essencialmente dinâmico, dos diversos controlatos, trabalhando na detecção de demandas e na geração de expectativas que alimentem o consumo.

Nas sociedades de controle o operário é substituído pelo consumidor. E, mais do que consumir, é preciso hiper-consumir, pois pela primeira vez na história, uma revolução tecnológica é capaz de economizar mais "trabalho abstrato"[xv] do que o necessário para a expansão dos mercados de novos produtos, gerando uma massa de "excluídos estruturais"[xvi], desprovidos da capacidade de produzir e, logo, de consumir. Aos restantes, cabe a tarefa de manter o capitalismo pós-produtivo funcionando.

A produção de excluídos, e não mais de desviantes, tem um aspecto que choca nosso antigo padrão civilizatório. Ao contrário do modelo das sociedades disciplinares, já não se trata de um processo forçado de inclusão. As sociedades disciplinares criaram instituições para re-socializar o desviante, operando para docilizar seu corpo e sua mente. Na ótica dos excluídos, não há mais re-socialização possível nem projetada. A única estratégia traçada é da contenção. Por isso, do ponto-de-vista do comportamento social, o indesejável antes era o anormal (que deveria ser normalizado) e hoje é o comportamento de risco (que deve ser evitado).

Também neste caminho, torna-se equivocado assumir que as sociedades de crise dispensam o Estado, como nos faz crer o pensamento neo-liberal[xvii]. As análises empíricas permitem constatar que está ocorrendo uma reordenação do aparelho estatal. De um lado, o Estado vai se desligando de suas funções produtivas, naquilo que nos acostumamos a chamar de "processo de privatização". De outro lado, porém, crescem os gastos com a máquina jurídico-repressora e com os encargos das dívidas que mantêm o consumo operando.[xviii] A resultante é um Estado que mais legisla e mais gasta, quanto maior for a implementação das estratégias neo-liberais. Ou seja, o aumento dos gastos do Estado não se deve, preferencialmente, a um possível mau gerenciamento, mas à própria estrutura interna das sociedades de controle.

A obra de Foucault apontava a insuficiência da crítica meramente econômica às sociedades disciplinares. Por isso, já não bastavam os atores sociais construídos em torno da questão da produção de mercadorias para dar conta de uma crítica à modernidade.

Ora, a partir do momento em que adentramos o capitalismo pós-produtivo, mais caducos ainda se tornam os partidos políticos classistas e o movimento sindical tradicional. Eles não encontram, agora, e por todo o exposto, o operariado e a indústria como agentes hegemônicos. Seus movimentos parecem ter sido completados e superados com o fim da modernidade.

Some-se a isto o fato de que vivemos uma crise do modelo de representação criado pela civilização ocidental. É preciso pensar, também, que a crise representacional tem derivações políticas, no momento em que coloca sob descrença a própria possibilidade de uma representação social fidedigna. Cada vez mais, o ator político é visto não como um representante (no sentido de quem torna o objeto representado, o eleitor, presente de novo) mas como um agente constituído de completa autonomia.

Estes dois elementos somados colocam para as sociedades de controle a falência das instâncias concretas de representação política e, por decorrência, da própria idéia de política como a modernidade construiu.

Nesta lógica, não parece ser contraditório, portanto, o surgimento de novas modalidades de nacionalismo e de lealdades étnicas. São formas de reação às sociedades de controle e funcionam como uma espécie de luddismo do século XXI, sendo cada vez maiores em populações excluídas.

2 - Economia virtual

De acordo com a filosofia clássica, Aristóteles por exemplo, o virtual e o real não podiam ocupar a mesma temporalidade. Assim, o virtual se apresentava no instante presente sempre como potência e o real como o ato em si. As ações provocadas no presente somente se davam a partir do real. Daí decorre o famoso exemplo onde uma semente é virtualmente uma árvore, ou uma árvore em potência. Seu ato, contudo, é o próprio ser semente.

Esta equação foi quebrada com a crise do projeto ocidental. Real e virtual passam a coexistir na mesma temporalidade e promovendo ações no presente. Tal fenômeno, contudo, é muito mais amplo que os atuais estudos sobre a virtualização parecem indicar. Não se trata, apenas, de um aspecto do desenvolvimento tecnológico e do emprego de novas mídias.

Justamente ao contrário, estas duas facetas são decorrências de uma virtualização do próprio sistema capitalista. Assim, mantendo a divisão anterior entre real e virtual, estaríamos percebendo hoje a existência simultânea de uma economia real e de uma economia virtual, com o pêndulo da hegemonia migrando progressivamente para esta última.

Antes da modernidade, a ciência se ocupava, principalmente, de construir uma explicação de mundo. Era, fundamentalmente, uma atividade feita nos espaços de ócio[xix] e, portanto, não produtiva.

A ascensão capitalista empurra a ciência para se agregar ao esforço de transformação da vida em mercadoria (ou correr o risco de tornar-se socialmente inútil), "permitindo" o surgimento da ciência tecnológica, preocupada com o "como" e não com o "porquê" das coisas.

A ciência tecnológica se insere dialeticamente no interior do capitalismo. Influencia o modo de produção capitalista tanto com suas inovações quanto com sua racionalidade (Taylor, por exemplo). E é influenciada por este mesmo método em seu próprio modus operandi.

Thomas Edison é o ícone da consolidação desta guinada. Sua produção científica é feita no laboratório, concebido agora como uma grande linha de montagem. Vários cientistas são assalariados, vendendo sua força de trabalho (que já não é mais física, mas imaterial) e tendo o objeto de seu trabalho expropriado. Manter esta estrutura se torna bastante dispendioso e Edison é obrigado a recorrer a empréstimos bancários (no caso, do poderoso Grupo Morgan) para a manutenção de suas pesquisas.

Bancos realizam empréstimos baseados na tendência de lucros futuros. Portanto, o resultado das pesquisas tecnológicas deve ser inserido imediatamente no sistema produtivo a fim de obter lucros e saldar os tais empréstimos. Esta passagem precisa ser feita por uma grande estrutura produtiva e para isso nasce a General Eletric (GE). Enfim, a racionalidade capitalista ganhara os laboratórios. Doravante, o sistema financeiro estará, cada vez mais, na origem da produção tecnológica das indústrias.

Também as condições materiais necessárias à expansão das exigências do consumo (infra-estrutura, previdência social, indústria bélica, por exemplo) necessitarão de um aporte de recursos que o Estado não conseguirá arcar sozinho. Doravante, o sistema financeiro estará, cada vez mais, na origem do funcionamento dos Estados.

Acompanhemos, neste momento, o raciocínio de Robert Kurz, com o intuito de estabelecer que tipos de desdobramentos funcionam a partir desta nova racionalidade.

Em um primeiro momento, encontramos duas conseqüências diretas do movimento de virtualização (ainda embrionária) da economia. O centro "gravitacional" do capitalismo vai caminhando, ao longo de todo o século XX, da indústria para o sistema financeiro. Já as moedas nacionais foram desatreladas do padrão-ouro, ficando libertas, portanto, de qualquer cobertura objetiva de seu valor.

Esta última conseqüência pode ser vista como o passo capital para a criação da atual economia virtual. Até então, o dinheiro expressava o valor real da mercadoria. Daí em diante, passará a expressar um valor virtual, ou, dito de outra forma, será a virtualização do próprio virtual: uma virtualização de segunda ordem.

A lógica que presidia tais movimentos, contudo, ainda era a mesma do capital industrial. Ou seja, os rendimentos futuros do sistema financeiro estavam atrelados ao retorno material obtido pelas indústrias e Estados. Real e virtual ainda encontravam-se cindidos.

Como veremos neste texto, é a soma da revolução tecnológica da microeletrônica e das telecomunicações que permitirá o salto final rumo à virtualização da economia.

Os novos bens de consumo e produtos continuam, em grande parte[xx], materiais. Como mercadorias, porém, necessitam, em sua produção, de um consumo de energia humana tão pequeno que podem ser vistos como mercadorias-virtuais.

> "A conseqüência lógica é o capital financeiro romper todo o vínculo com o sistema industrial, cujo futuro virtual ele deixa de representar, favorecendo dali em diante apenas a sua própria virtualidade futura.

> Este novo estágio de virtualização à segunda potência ensejou, por sua vez, resultados decisivos. Se, entre 1910 e 1980, o centro do capitalismo deslocou-se dos cartéis industriais para o sistema bancário, a partir de então ele desloca-se dos bancos comerciais para os grandes fundos de investimento.
>
> Agora, não se trata mais de prolongar a realidade industrial da criação industrial de valor. Só na aparência externa ainda estamos às voltas com uma antecipação virtual de êxitos industriais futuros.
>
> (...)
>
> Com a virtualização de segunda ordem, os fundos transnacionais não se ligam mais às rendas industriais, mas a virtualização de primeira ordem.
>
> Em outras palavras, trata-se da capitalização das 'expectativas de expectativas', sem nenhum contato com a realidade industrial[xxi]."[xxii]

A economia do "faz-de-conta" está alicerçada em um brutal endividamento de todos os agentes econômicos, uma vez que o dinheiro tomado de empréstimo hoje não tem mais nenhuma relação com a expectativa futura de lucros. Este endividamento, por seu turno, se mantém, apenas, mediante uma liquidez baseada na alta superlativa das ações.

E, no momento em que migram para os fundos de investimentos, os empréstimos industriais, os ganhos individuais de poupança ou mesmo a receita tributária dos países se tornam, eles também, virtualizados.

Ora, esta virtualização do real não pode se limitar às antigas demarcações territoriais e nacionais. A economia virtual, para se consumar, deve, inclusive, virtualizar o espaço real, criando uma geopolítica virtual. O locus da ação do sistema capitalista pós-produtivo e virtualizado é o próprio mundo. Este não é, entretanto, um fenômeno restrito ao universo da economia, mas, em última instância, da própria virtualização da vida neste planeta: no que René Dreifuss irá denominar de globalização financeira e dos modos de produzir, mundialização social e de modos de viver e planetarização política e institucional.[xxiii]

Paradoxalmente, contudo, este sistema transnacional está alicerçado na alta das ações e nas importações de um único país: os Estados Unidos[xxiv]. A expansão de sua economia virtualizada a partir da alta das bolsas de valores permite um hiper-consumo que é mantido por constantes importações, as quais terminam por garantir o giro das economias alheias[xxv]. A grande questão é: até quando será mantida funcionando uma economia que produziu um

déficit na balança comercial de US$ 271 bilhões (ano-base de 1999)? Em outras palavras, até quando o virtual conseguirá seguir operando sua racionalidade interna a despeito da falência de um projeto real de civilização?

3 - Tautismo

A pergunta que ronda o texto de Lucien Sfez[xxvi] tem por base a indagação do por que nos definimos, hoje, como uma sociedade da comunicação. Não teriam todas as outras civilizações necessitado da comunicação para a sua própria constituição? Não seria isso uma forma de dizer o óbvio?

A pergunta a ser feita, então, é: por que precisamos dizer o óbvio? Por que deslocá-lo para a frente da cena, desnudando-o?

Porque não se trata da mesma coisa. A comunicação agora já não é mais um pressuposto da organização social. Ela é a própria organização social (o controle). Com seu inegável suporte tecnológico, a comunicação tornou-se modelo ideológico que rege as sociedades atuais. Comunicação como ideologia. Comunicar por comunicar. Dessa forma, o que nos mantém como sociedade é a circulação comunicativa em seu esplendor auto-contemplativo.

Mas, afinal, comunicar o que? Ora, esta pergunta seria por demais moderna, ou mesmo ocidental, para ser feita hoje. O que? Tudo e nada e isso pouco importa.

É por isso que o livro de Sfez se esforça por produzir um impressionante documentário de como esta "ideologia" da comunicação aparece nas mais diferentes esferas de nossas sociedades. Administração, biologia, neuro-ciências, informática, cibernética, estas e muitas outras áreas do conhecimento, tão distantes entre si, estão alicerçadas ou passaram a usar referenciais da comunicação em seu modus operandi.

À esta liberdade de sentido, é preciso juntar o impressionante desenvolvimento tecnológico por que passa a comunicação social. Por isso, nas sociedades com dezenas (em breve, centenas) de canais de TV, rádio (logo, digitalizado, comprimido e com mais freqüências disponíveis), imprensa escrita (dezenas de títulos de revistas segmentadas), telefonia fixa e móvel, trunking, paging e, em especial, Internet (já em vias de ser substituída por sua sucedânea de banda larga e totalmente multimídia), comunicar já não é mais um ato libertador "per se"[xxvii]. Agora, e cada vez mais, o problema da comunicação não é do da escassez, mas o da abundância. Ou, de outra forma, o da pertinência.[xxviii]

No mundo onde tudo é possível comunicar, onde todos os sentidos são igualados a priori, não há mais sentido algum e o ato de comunicar fica esvaziado de toda a sua potência criativa.

Este é campo do "tautismo", idéia central do livro de Sfez e de que aqui me apodero para pôr, lado a lado, com sociedade de controle e economia virtual, a fim de tentarmos entender o que se passa. Uma articulação de três conteúdos.

Autista porque independe das trocas com o mundo. Curioso como chegamos a afirmar que comunicar não mantém relação de troca com o seu exterior. Afinal, não seria trocar o mesmo que comunicar? Hoje, não mais. Comunicar é levar o mesmo para o mesmo, a partir do mesmo (uma vez que, no mundo digitalizado, canal e mensagem se confundem). A sociedade assim composta é de um holismo totalitário, onde não haveriam rupturas e fracionamentos rumo ao exterior, nem partes constituintes de seu interior. Apenas um todo circulante. Comunicar sem função cognoscente é somente circular para manter-se coeso, qual um tubarão que não pode parar, nem mesmo para dormir, sob pena de afundar. [xxix]

O segundo aspecto é justamente o seu caráter opressivo e totalitário: um todo meta-referente sem exterioridades. Os exemplos concretos não deixam muitas dúvidas sobre o que falamos: neo-liberalismo, mercado e privatizações, por exemplo. São fenômenos universais que não permitem contestação e se justificam por si mesmos. Sua onipotência justifica-os e sua justificativa é a própria onipotência.

O terceiro conteúdo também surge de forma evidente. Expressão lógica que representa o argumento que se justifica por si mesmo e que extrai sua força da simples repetição, esta é a natureza da tautologia.

O tautismo, contudo, só é possível se for capaz de produzir uma indiferenciação entre real e virtual, no plano espacial, a fim de impedir quaisquer barreiras à livre circulação. Um espaço sem rugosidades ou entraves, sem fricção, idêntico a si mesmo. [xxx]

Na perspectiva da temporalidade, e saindo da obra de Sfez, arrisco dizer que o tautismo necessita de um fenômeno que denominarei como "repuxo para adiante". A interdição das utopias modernas mediante a auto-completação do paradigma ocidental (e da modernidade, por decorrência) e o enorme avanço tecnológico parecem aqui se somar.

Agora, vivemos de trás para diante. O futuro (tomado sob quaisquer pontos-de-vista: econômico, político, cultural, social e tecnológico) já é conhecido. Sabemos como ele será, nada mais resta a fazer a não ser caminhar na sua direção. Assim, o futuro permanece como um ponto determinado, fixo e intransponível que caminha em nossa direção e nos puxa ao seu retorno[xxxi]. De fato, trata-se disto: um "de volta para o futuro" pré-determinado. Não tratamos mais com projetos ou com escolhas, mas com diferentes velocidades[xxxii], pois o fim é o mesmo.

4 - Capital-informação

Façamos uma aproximação cuidadosa desta idéia, tomada de empréstimo da obra de Marcos Dantas[xxxiii]. Vamos primeiro definir melhor o que seria informação, a partir da Teoria dos Sistemas, conforme procede o próprio autor.

De acordo com a famosa Segunda Lei da Termodinâmica, a energia contida no interior de um sistema sofre permanente e espontânea transformação, seguindo sempre uma mesma direção: das áreas onde está mais concentrada para aquelas onde está menos concentrada, das áreas mais quentes para as mais frias. Este movimento ocorrerá ininterruptamente dentro de um sistema fechado até que o mesmo encontre seu estado de equilíbrio, de temperatura uniforme. A este movimento damos o nome de trabalho. E o sistema em total equilíbrio, incapaz, portanto, de realizar trabalho, é um sistema morto ou entrópico.

Agora, anexemos o fato de que não existem sistemas totalmente fechados, sempre havendo interconexões e sobreposições. Dantas, então, vai se socorrer na obra do biólogo Henri Atlan para afirmar que o ruído em um determinado sistema (movimento capaz de diminuir a redundância), pode ser percebido como um aumento de informação, de liberdade de escolha, de novas possibilidades, em outro nível de organização. As incertezas podem ser importante fonte de crescimento para um sistema.

Quanto mais informação possuir um sistema ou quanto menor for a sua redundância, mais longe ele estará do estado de total equilíbrio. Ao trabalho não-espontâneo que um sistema realiza para manter-se ou mesmo expandir-se damos o nome de neguentropia. A informação nada mais seria do que a orientação, no espaço e no tempo, para a produção neguentrópica de um sistema.

O valor está diretamente ligado à imprevisibilidade. Quanto mais inesperado for, quanto menos redundante e quanto mais "informativo" for o ato, mais valioso ele será, pois exigiu maior trabalho não-espontâneo (incorporando maiores níveis de complexidade), logo maior ganho neguentrópico, porém no menor tempo possível.

Passemos, agora, à fórmula clássica da reprodução do capital: D - M - P - M' - D'. Onde:

D = dinheiro inicial
M = mercadoria inicial
P = transformação
M' = mercadoria final
D' = dinheiro final

Apenas a transformação (P)[xxxiv] apresenta capacidade neguentrópica, aportando informação a M, permitindo-a transforma-se em M'. A mercadoria final seria uma forma de "neguentropia concreta", ou seja, não se pode mais acrescentar neguentropia a ela, além daquela que o processo de transformação já introduziu. A partir deste instante, a mercadoria caminhará, inexoravelmente, apenas no rumo de sua entropia. Assim, buscando otimizar-se, o capital irá se empenhar para diminuir ao máximo o tempo de circulação da mercadoria.

A produção da mercadoria é, segundo Dantas, o aumento da informação na forma de valor de uso[xxxv]. Trabalho, no âmbito do capitalismo, seria a capacidade de "colar" esta informação à mercadoria. E seria medido, segundo Marx, na forma do tempo de trabalho, ou a quantidade de trabalho socialmente necessário para se produzir valor de uso.

O capital em sua fase inicial, mas já se tomando como um sistema tendencialmente auto-completo, desconhece a produção de ruídos a fim de aumentar a complexidade do sistema.[xxxvi] A forma de trabalho empregada é a da mais pura redundância, através de um código dado e restrito, fixado e formalizado como uma rotina rigorosa a ser obedecida por todos os envolvidos na produção[xxxvii]. Este trabalho é tão formalizado que pode ser como que "congelado" nos sistemas de maquinaria, substituindo a energia humana.

Para Marx, ao congelar o trabalho abstrato no maquinário, o capitalismo terminaria por produzir as condições para a libertação do homem em relação ao trabalho. Marx acreditava, acertadamente, que o conhecimento tecnológico, tornado força produtiva, faria o processo de produção se desvincular do processo de trabalho.

O que o marxismo não foi capaz de perceber é que esta tarefa histórica seria levada a cabo pelo próprio capitalismo (em seu processo de auto-completação) e não pelo socialismo (indicando, aqui, uma possível superação do capitalismo). Ao invés de uma sociedade baseada no ócio criativo, o fim do valor-trabalho gerou a mais brutal forma de exclusão social (o antigo proletário não é nem mais capaz de vender sua força de trabalho afim de que lhe expropriem a mais-valia). Ao não perceber a imbricação radical entre modernidade e capitalismo e ao optar por produzir um enfrentamento apenas do segundo, o socialismo reforçou a lógica da técnica (tecnologia) que terminou por banir o próprio trabalho humano (e, por decorrência, a classe social que vivia do trabalho: o proletariado).

Por isso, não foram a micro-eletrônica ou a digitalização, por exemplo, que propiciaram a atual transformação do trabalho. Elas são, na sua forma de emprego atual (não sendo esta a única possível), a conseqüência do capitalismo pós-produtivo.

Ora, congelado o trabalho dito sintático (e dispensada a energia humana) restou a uma parcela reduzida da população o trabalho semântico, que o maquinário é incapaz de produzir. A este trabalho damos o nome de capital-informação e que se coloca no mesmo lugar do capital-trabalho da primeira e mesmo da segunda revolução industrial. A produção de riquezas, portanto, deixa de ter uma relação direta com o tempo de trabalho que custa à sua produção.

A informação (o bem simbólico, imaterial) apresenta, contudo, algumas dificuldades para a sua apreensão capitalística, impondo novos malabarismos teóricos ao (neo)liberalismo.

Em primeiro lugar, a informação separa o valor esperado de seu próprio conteúdo. A compra da informação deve ser feita sem que se conheça o seu conteúdo, uma vez que o simples conhecimento "realiza" o conteúdo. Como o valor da informação é valor esperado, sua materialização na forma de dado suprime a incerteza, logo o seu próprio valor, ao suprimir o tempo de espera.

O consumismo torna-se uma estratégia fundamental para a sobrevivência da circulação no interior do mercado, pois é preciso comprar pela mera expectativa. O valor é extraído de um eterno circular tautístico que faz da informação nova uma sempre-necessidade.

Em segundo lugar, a informação é um produto divisível infinitamente. Se eu tenho uma informação e a passo para terceiros, eu continuo com ela. A informação tem custo de produção zero depois de realizada pela primeira vez. A decorrência óbvia, e com a qual o capitalismo se debate atualmente, é a pirataria: uma informação replicada ao infinito, com custo desprezível.

Uma das saídas encontradas foi cobrar pelo custo subsidiário, como, por exemplo, o custo do suporte de transmissão. Ou, então, impor barreiras ao acesso do bem, na medida em que maior possa ser o benefício social do seu valor, ou seja: na medida em que mais extensivo possa ser o interesse social pela sua reprodução, a custo zero. A saída encontrada pelo capitalismo foi tornar a informação um bem escasso.

Porém, a informação como valor está inevitavelmente cindida entre valor de uso formal (o valor do suporte) e valor de uso real (o valor da própria informação). Este último somente se realiza no processo interativo da comunicação. Logo, quem detém mais partes do processo comunicativo agrega mais valor ao seu produto, explicando o atual movimento de concentração monopolista no campo da produção e transmissão de informações.

Por tudo isso, não se trata, fundamentalmente, de um maquiavelismo que suprime postos de trabalho (ainda que encontremos muito deste), mas da racionalidade de um novo modelo que não está mais baseado na lógica do capital-trabalho. É preciso derrubar todas as barreiras espaciais e materiais que possam acrescentar tempo à busca de valor. O trabalho humano, entendido como simples transformação da matéria, é tempo gasto, tempo morto, e deve ser suprimido para a racionalização do lucro.

---

i - Em um outro texto ("Comunicação nas Sociedades de Crise", apresentado no GT de Comunicação e Globalização do Seminário da COMPÓS de 2000) procurei retratar o papel dos agentes das comunicações nas sociedades de crise: as transnacionais da informação, ou, no dizer de René Dreifuss, os tecnobergs.

ii - Na tradição marxista, superestrutura pode ser definida como "o complexo das ideologias religiosas, filosóficas, jurídicas e políticas de determinada classe social, dominante numa sociedade". Então, podemos pensar na comunicação como uma superestrutura da superestrutura, orientando este conjunto ideológico em sua funcionalidade. Uma espécie de virtualidade à segunda potência.

iii - Esta diferença pode ser exemplificada pela idéia da "livre concorrência". O liberalismo clássico identificou uma faceta conjuntural do capitalismo (a concorrência) como se fosse a essência mesma do sistema. Hoje, parece estar claro que o estado de equilíbrio dinâmico do capitalismo é a concentração monopolística e não a concorrência.

iv - Duplamente exaurido. Aquilo que ele se tornou não pode ir além e aquilo que ele não foi (as tendências não cumpridas no interior do paradigma ocidental e, em especial, da modernidade) não o será.

v - DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996.

vi - FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

vii - FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

viii - PORTOCARRERO, Vera. Foucault: a história dos saberes e das práticas. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1994.

ix - Naquilo que ele irá denominar de "sociedades de soberania".

x - Alguns destes trabalhos permitem concluir que, mais do que a detenção dos meios de produção strictu sensu, haveria uma cultura de classes. O dono de uma pequena serralheria em um bairro da periferia de uma grande cidade, ainda que detentor dos seus meios de produção, teria muito mais identidade com o proletariado do que, por exemplo, o presidente de uma transnacional (que vende sua força de trabalho em troca de um pagamento). Ver sobre isso a idéia de uma "burguesia gerencial" defendida por Paul Singer, por exemplo.

xi - Ao contrário da sociologia do trabalho taylorista (claramente inspirada na divisão platônica entre os que pensam e os que fazem), a moderna psicossociologia do trabalho atua através da "implicação subjetiva paradoxal (ou seja, os esforços das empresas em suscitar a subjetividade dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, de controlá-la)". Inscrevem-se neste cenário todas as variáveis do tipo "inteligência emocional". Sobre isso, ver COCCO, Giuseppe. A nova qualidade do trabalho na Era da Informação. In: LASTRES, Helena M. M. e ALBAGLI, Sarita (org.). Informação e globalização na Era do conhecimento. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.

xii - Esta "revalorização" do sujeito passa fundamentalmente pelo contexto do consumo. Por isso, surgem cada vez mais produtos feitos "por demanda". São carros, computadores e, no futuro, até mesmo filmes confeccionados ao gosto de um único consumidor, encerrando de vez o projeto fordista de produção em massa (espelhado tão fielmente no sucesso de seu Ford T).

xiii - MARQUES, Ivan da Costa. Desmaterialização e Trabalho. In: LASTRES, Helena M. M. e ALBAGLI, Sarita (org.). Informação e globalização na Era do conhecimento. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.

xiv - O Conselho Americano de Pesquisa Automotiva e o Governo dos Estados Unidos associaram-se a laboratórios, universidades e fornecedores de auto-peças para executar o Partnership for New Generation of Vehicles (PNGV). O objetivo é desenvolver novos projetos de veículos automotores que reduzam o consumo de combustível a um terço dos níveis atuais, mantendo o preço, o conforto, a segurança e outros indicadores de desempenho dos modelos existentes. Um estudo do Oak Ridge National Laboratory analisa como a redução de massa (matéria) destes futuros veículos poderá ser alcançada pela utilização intensa de "novos materiais" (dotados de memória ou inteligência).

Segundo estudo de Cohen e Zysman, citado por Costa Marques, na década de 1970 as fábricas que produziam centrais telefônicas eletromecânicas empregavam 2000 pessoas na linha de montagem, contra 900 para as centrais analógicas e 50 nas centrais digitais. Enquanto isso, os custos do projeto aumentaram de US$ 50 milhões para algo entre US$ 500 milhões e US$ 1 bilhão. Em resumo, não é mais no "chão da fábrica" que se produz valor, mas nos laboratórios, centros de pesquisa, oficinas de design e escritórios de planejamento.

Estes dados podem nos ajudar na explicação do atual atraso sócio-econômico brasileiro. Os números mostram que a produção de valor em nossas sociedades se concentra, cada vez mais, no setor de "serviços de produção", em detrimento da agropecuária e da indústria. Segundo dados apresentados por Márcio Pochmann (Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil. Campinas: Ceist/IE. UNICAMP, 1998, Mimeo) e citados em MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão. São Paulo, ABET, 1998, o Brasil ocupava 1,1% de seus empregos na área de serviços de produção, na década de 1940, e atualmente ocupa 1,2%, mesmo tendo chegado a 1,7% nos anos de 1970. Os Estados Unidos, já em 1920, alocava 2,8% de sua população economicamente ativa no setor de serviços de produção e, atualmente, ampliou-a para 14,0%. Também podemos proceder a uma comparação do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A Suécia investe 3,9% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em P&D. O Japão investe 2,9%, os Estados Unidos 2,7%, a Alemanha 2,3%, a França 2,2%, a Inglaterra 1,9% e mesmo a Coréia do Sul alcança consideráveis 2,9%. O Brasil aparece com 0,7% (75% destes investidos pelo Estado).

[xv] - Não se trata de reduzir o tempo gasto para a produção de uma determinada peça, podendo empregar este mesmo tempo no aumento de peças produzidas. Ao contrário, o crescimento da produtividade, como um todo, é realizado sem a necessidade do incremento das horas socialmente trabalhadas.

[xvi] - Não foram desempregados por uma retração de mercado e não bastará um crescimento na produção para que recuperem seus postos de trabalho. São postos de trabalho definitivamente extintos.

[xvii] - Para os efeitos deste estudo, o neo-liberalismo pode ser entendido como uma epifenômeno das sociedades de controle.

[xviii] - Em um texto não publicado ("Esquerda e direita no espelho das ONGs") o professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Eduardo Arantes comenta: "Quer dizer: trata-se de fato de um Estado mais forte do que nunca, na medida em que lhe cabe gerir e legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global; assim, a força do Estado, que no período de compromisso keynesiano consistiu na sua capacidade de promover regulações e prestações não mercantis, converteu-se numa outra, o poder de submeter as normas da reprodução social à lógica do dinheiro, coisa que o mercado por si só está longe de poder fazer sem correr o risco da ingovernabilidade".

[xix] - Ócio era o período não ocupado com atividades de reprodução da sociedade e que poderia ser empregado com as artes, as ciências e a produção de cultura em geral. A "produtivização" do cotidiano capitalista tornou o ócio um espaço recriminável, desde que não seja utilizado pelo e para o consumo (que seria uma outra forma de produzir).

[xx] - Tanto o produto-informação quanto os diversos tipos de serviços não resultam mais em mercadorias materiais, concretas.

[xxi] - Assim, toda uma multiplicidade de valores foi sendo negada pela sociedade moderna, em detrimento do valor de ser disposto no mercado, portanto, de poder ser cambiável através do "mecanismo abstrato" que equipara todas as diferenças: o dinheiro. Foi no momento da "crise representacional" que o dinheiro pôde assumir livremente sua característica abstrata, pois não mais possuía a "responsabilidade" de representar (isso que já não era mesmo possível) a mercadoria. O dinheiro (re)presenta a si mesmo, tautologicamente.

[xxii] - KURZ, Robert. A virtualização da economia - mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 23/06/1999.

[xxiii] - DREIFUSS, René Armand. A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

[xxiv] - Como o capitalismo nunca operou sem a contraparte do uso da força para se impor a outras sociedades e civilizações, o motor econômico do sistema capitalista globalizado se torna, também e por isso mesmo, a polícia do planeta.

[xxv] - Mesmo uma parte das exportações da Europa e do Japão para países asiáticos e da América Latina se resume a bens de produção que serão usados, por sua vez, para garantir a exportação destes países aos Estados Unidos. Por outro lado, o movimento das transnacionais em busca de países com leis (ambientais, trabalhistas e tributárias) menos rígidas, faz com que até mesmo a produção de empresas americanas voltadas para o mercado norte-americano seja contabilizada como exportação de um determinado país periférico para os Estados Unidos.

[xxvi] - SFEZ, Lucien. Crítica da Comunicação. São Paulo, Edições Loyola, 1994.

[xxvii] - Este simples fato tem implicações enormes na organização da agenda de demandas da sociedade civil, uma vez que a luta pelo direito de expressão sempre foi uma referência fundamental para os movimentos sociais.

[xxviii] - Como vimos antes, a sociedade de crise não funciona mais pela inclusão forçada ao sistema, dos possíveis desviantes, mas pela simples exclusão. Nesta racionalidade, cada vez que fazemos afirmações categóricas como a deste parágrafo, precisamos, imediatamente, produzir uma ressalva. De fato, o problema da abundância de informações (ou de sua pertinência) é relativo à cerca de 30% da população mundial. Os demais continuam a viver no mundo da escassez (material e simbólica).

[xxix] - Assim, nos livramos, enfim, do paradoxo cristão da criação. Como um deus absoluto poderia ter criado algo? Como haver um exterior, um fora, ao próprio absoluto? No tautismo não há criação, não há exterioridade, nem interioridade (é o raciocínio da globalização, afinal). Há, somente, circulação, movimento...

[xxx] - A análise da arquitetura pós-moderna chama esse fenômeno de não-lugares: espaços que não possuem identidade com o contexto, sendo, em si mesmos, símbolos de uma identidade transnacional. Por exemplo, aeroportos internacionais e lojas do McDonald's.

[xxxi] - O que o fenômeno tautístico esconde é que este futuro "já dado", que nos puxa em sua direção, é construído agora e aqui e projetado a nossa frente, nos dando a ilusão de já estar lá.

[xxxii] - Podemos dizer que todo o debate político atual está reduzido ao tema da velocidade. Se vamos mais rápido ou com pudores. Ou seja, se vamos a bordo de um ultra-veloz modelo Tatcher ou de um previdente off-road do tipo Jospin. Mas, enfim, estamos todos indo.

[xxxiii] - DANTAS, Marcos. Trabalho com informação: investigação inicial para um estudo na Teoria do Valor. Dissertação (Mestrado). Ciência da Informação (ECO-UFRJ), Rio de Janeiro, 1994.

[xxxiv] - Para Marx, os transportes são parte do processo de produção, uma vez que agregam valor à mercadoria, modificando-a espacialmente.

[xxxv] - Ou ainda, como nos ensina Jean Baudrillard, na forma fetichizada da "aparência de valor de uso".

[xxxvi] - Ao contrário da fase inicial do capitalismo, o capital-informação trabalha na perspectiva de incorporar o ruído em seu funcionamento ("inteligência emocional", por exemplo), tornando aquilo que outrora foi desfuncional em pura funcionalidade sistêmica.

[xxxvii] - O paradigma deste comportamento é o chamado complexo taylorista-fordista.